

1 no Parque Ouro Verde - 1 na Vila Guadiana - 2 na U.B.S. Central Além de 1 Nasf. O Conselho ora liu como de grande relevância para o município todos os profe-
tor - Também foi informado sobre Pnag de abril de 2017 a dezembro de 2018, no valor de R\$ 117.653,90 distribuídos da seguinte forma: 50% (R\$ 58.827,90) para a equipe de saúde bucal da Vila Guadiana e Estratégia da Saúde da Família da São Pedro. Os outros 50% (58.827,90) para custeio do município. Nada mais havendo a tratar a reunião é encerrada às 19:10 horas. Compareceram reunião 13 Conselheiros e 6 participantes da comunidade. Para constar, foi lido e aprovado esta Ata que após lida e aprovada será devidamente aprovada. Mandaguacu, 17 de dezembro de 2018. Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguacu, realizada no dia 30 de janeiro de 2019. Aos 30 dias de janeiro de 2019, às 17:15 horas, tem início a 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguacu - Paraná, sito rua 7 de Setembro número 713, galeria Rarvera sala 5. A reunião é aberta com os cumprimentos do presidente a todos os presentes. Em

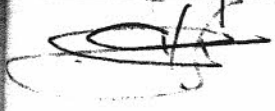
45
Seguida é convidada a secretário para
fazer a leitura da ata da reunião
anterior, a qual após ser apreciada
é aprovada em todos os seus itens.
8º lido o ofício recebido da Vigilân-
cia sanitária solicitando espaço
na reunião do conselho para apresen-
tar o seu plano de trabalho. O presi-
dente informa aos presentes as ativi-
dades que serão feitas para a realiza-
ção da conferência da saúde, a reali-
zar-se no dia 3 de abril do ano
em curso. Fica convocada a 1ª re-
união com a comissão organizadora
da saúde com data a ser marcada.
Fica acordado que haverá pré-
conferência nas seguintes localidades:
Ucla Guadiana - Pulinópolis -
Mandaguacu. As datas serão infor-
madas posteriormente. Em Guadiana
e Pulinópolis serão elaborados so-
mente propostas. Em Mandaguacu
além das propostas serão escolhi-
dos os delegados para os próximos
quatro anos. Nada mais havendo
a tratar a reunião é encerrada
às 18:20 horas. Compareceram à
reunião 14 conselheiros e 1 parti-
cipante da comunidade. Para constar,
foi lavrada esta ata que após
lida e aprovada, será devidamente asse-
nada. Mandaguacu, 30 de
Janeiro de 2019. Ata da 2ª —
Reunião Ordinária do Conselho MU. —

Municipal de Saúde de Mandaguari, realizada no dia 25 de fevereiro de 2019, em sua sede na Rua 7 de Setembro 713, sala 3 Galeria Ravena. Aos 25 dias de fevereiro de 2019, 17:30 horas tem início a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguari-Paraná. Presidente abre a reunião agradecendo a Deus e todos os presentes. Em seguida é convidada a secretária para fazer a leitura da Ata, a qual após lida e apreciada é aprovada em todos os seus itens. Na sequência a secretária de saúde faz a apresentação do Relatório do 3º Quadrimestre de 2018. Durante a apresentação as dúvidas que foram surgindo a secretária deu os esclarecimentos devidos conforme o assunto. O presidente esclarece ao plenário que deve votar de acordo com a consciência de cada um, não por emoção e influência de terceiros. Em seguida coloca o Relatório para votação a qual ficou da seguinte forma: 9 Conselheiros votaram a favor da aprovação do Relatório, a Conselheira Leonilda Barboza Favarim votou contrário, e não houve abstenção. A secretária explica que o PMA é um programa gerido por uma lei municipal, e que 50% é destinado para a estratégia da Saúde da Família e os outros 50% é para o Município -

Ficou aprovada as seguintes p⁴⁶
conferências: 1 de março Pulcinópolis -
13 de Março Vila Guadiana e 15 de mar-
ço em Mandaguacu. Todas com
início às 19:00 horas. Em Pulcinópolis
e Guadiana serão elaboradas somente
propostas. Em Mandaguacu além das
propostas serão escolhidos os novos
delegados para o período de 2019 a
2022. É lembrado que as entidades
devem estar presentes na votação dos
delegados. A entidade que não esti-
ver presente perde a representação e
a vaga irá para a entidade do seg-
mento. Ficou esclarecido que o Regimento
da Conferência será aprovado na Reuni-
ão do Conselho e as propostas na confe-
rência em 3 de abril do corrente ano.
Local: Puff Zopp- AAB - Início 12:00 horas.
com término previsto para as 18:00 hrs. Na
da mais havendo a tratar a reunião
é encerrada às 18:10 horas, comparece-
ram à reunião 20 Conselheiros e 3 par-
ticipantes da comunidade. Para constar,
foi lavrado esta ata que após lida
e aprovada segue devidamente assi-
nada. Mandaguacu, 25 de fevereiro
de 2019. ~~Ata~~ Ata da 3ª Reunião Ordinária
do Conselho Municipal de Saúde de Man-
daguacu, realizada no dia 25 de mar-
ço de 2019, em sua sede na Rua 7 de
Setembro, 713, Sala 5 Galeria Pavão. Às 25
dias de março de 2019 às 17:00 horas te-
ve início a 3ª Reunião Ordinária do

do Conselho Municipal de Saúde de Mondaguari - O presidente abre a reunião agradecendo a Deus e a todos os presentes. Na sequência é convidada a secretária para fazer a leitura da ata da reunião anterior que após lida é aprovada em todos os seus itens. Prosseguindo é convidada a secretária de Saúde para apresentar o Relatório Anual de Gestão (RAG) do exercício de 2018. No decorrer da apresentação foram surgindo dúvidas e questionamentos, a qual foram esclarecidos pela secretária. Os membros da Comissão de Finanças, Contrato e Convênios (Cofinco) apresentaram os seguintes pontos divergentes: Consultas e clínicas especializadas P. S. F. São Pedro, Estratégia Saúde da Família Vila Guadaluza - Unidades domiciliares - número de ACS. Farmácia - Pacotes com divergências em quantidade - Outras despesas municipais divergência em valores na extra lista - Vigilância sanitária divergência em número em atendimento de denúncia e odontologia divergência de número no programa carinhoso. Após discussões e esclarecimentos o presidente coloca o relatório em votação, que teve o seguinte resultado: Parecer favorável ao relatório por 9 votos a favor e 2 abstenções. A secretária ainda solicita aprovação para remanejar 3 AIH'S de Mondaguari, 1 AIH'S de Nova Esperança e 20 do Hospital São Lourenço e parluá - los para

colorado. O parecer do Conselho foi ⁴² ~~for~~ aprovado. Também foi informado que por orientação do Ministério Público não serão mais fornecidos medicamentos fora da lista de ~~se for~~ e caso for por judicialização. O presidente lembra da conferência que vai acontecer no dia 3 de abril do ano em curso. ~~Ata da~~ 1ª Reunião "Or" Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguari - Paraná. Aos 15 dias do mês de Abril de 2019, nas dependências do Conselho de Saúde situado na rua 7 de Setembro 713, sala 5, Galeria Rovena teve início às 17:10 horas, a 1ª Reunião Extraordinária do referido Conselho. O presidente abre a reunião cumprimentando e desejando boas vindas. Na sequência esclarece que a reunião é para tratar da pauta única a qual se refere a Pactuação dos Indicadores da Saúde para 2019, conforme consta em documento anexo neste ato. No decorrer da apresentação as dúvidas que foram surgindo, também foram sendo esclarecidas. Ao término da apresentação o presidente pergunta ao plenário se estão esclarecidos sobre o assunto apresentado. Diante de que todos entenderam coloca o assunto em votação, o qual foi aprovado por unanimidade. A reunião foi encerrada às 18:15 horas. Compareceram à reunião 25 conselheiros e 2 participantes. Para constar foi lido este ato que vai devidamente arquivado. Mandaguari, 15/4/2019



Ata da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguacu - Paraná, realizado no dia 23 de abril de 2019. Às 17:00 horas teve início a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguacu. O presidente abre a reunião cumprimentando a todos. Convida a Secretária para fazer a leitura da ata da reunião anterior que após lida e apreciada foi aprovada em todos os seus itens. Em seguida são lidas as seguintes correspondências: Ofício nº 125/2019-G.P.F do Ministério Público do Paraná recomendando ao município ações para combater a febre amarela - Ofício nº 3/2019 do Departamento de Saúde informando os pontos divergentes detectados pela Comissão de Orçamento, Finanças e Contratos e Convênios na Apresentação do RAG de 2018, e que os mesmos já foram corrigidos conforme documento enviado a este conselho - Convite do Departamento Social para a conferência do Conselho do Direito do Idoso no dia 24 de abril do ano em curso. Em seguida é convidado representantes da Vigilância Sanitária e Ambiental, representando o comitê de agravos de interesse à saúde. Casos epidemiológicos confirmados foram 44, mas somente 3 foram confirmados em 2018.

48
neste ano está tudo sob controle. No momento temos 8 agentes concursados e 1 contratado para atender as demandas. Prosseguindo o presidente informa que a partir desta data não será mais presidente do Conselho de Saúde. Sollicitando que para lá bem da Saúde e do próprio Conselho abra mão do cargo. Informa ainda que o conselheiro Elior Estevam de Souza concordou em concorrer a vaga de presidente em uma eventual eleição. Continuando, convida a Secretária de Saúde para dar prosseguimento a reunião - Esta informa que recebeu da Conselheira Telma Lopes documentos contestando a permanência do atual presidente, embora este tenha sido eleito no dia 9 de abril de 2013, isto é, que esta registrada em ata aprovada pelo plenário deste conselho por unanimidade. Diante do exposto ela sollicitou parecer do Jurídico de Prefeitura e aguarda resposta. Entre o impasse criado pela renúncia do presidente e o aguardo dos pareceres, a Secretária sollicita ao Senhor Antonio se pode responder pelo conselho até o caso ser resolvido. O Senhor Antonio sollicita aprovação do plenário sobre o assunto, o que foi confirmado pela grande maioria. Ficando acordado que este assunto será definitivamente resolvido numa reunião extraordinária no dia 30 de abril do mês em curso. Em havendo eleição

O plenário do conselho aprovou a modalidade fechada para o colho da mesa diretora. Também ficou acertado a paridade na mesa diretora: 50% usuários - 25% governo - 25% trabalhadores da saúde. Foi aprovado o calendário das reuniões ordinárias do conselho a serem realizadas todas as terças, quartas e quintas-feiras de cada mês com início às 17:00 horas. Quanto a comissão de orçamento, finanças, controle e convênios ficou para ser definida em um outro momento. A Secretária fez a leitura da ata da posse dos novos conselheiros realizada no dia 9 de abril de 2019, no Auditório Maria Lúcia Bonfins. Também foi feita a eleição para a mesa diretora que ficou assim constituída: Presidente: Antonio Paz dos Santos - Vice Presidente: Elias Estevão de Souza - Secretário: Sabrina Chicuri - Vice-Secretária: Izolinda Pereira Marim. A referida ata foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às 18:30 horas e 35 minutos. Compareceram à reunião 24 conselheiros e 6 participantes da comunidade. Para constar, foi lavrado esta ata que após lida e aprovada segue devidamente assinada. Mandaguapor, 23 de abril de 2019. ~~Assinatura~~

49
Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mondaguçu - Paraná, realizada no dia 30 de abril de 2019, em sua sede na rua 7 de Setembro 713, sala 5 Jolenia Ravenna. Aos 30 dias de abril de 2019, às 17:00 horas teve início a 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mondaguçu. O presidente abre a reunião convidando a Secretária de Saúde para apresentar o parecer jurídico referente a contestação apresentada pela Conselheira Telma Terezinha Lopes Costa sobre a composição da mesa diretora do atual Conselho de Saúde. O referido parecer orienta que a mesa diretora seja presidida por um novo presidente, por entender que o presidente atual não pode ter mais uma recondução. Sendo assim foi concordado em se fazer mais uma eleição para a referida mesa diretora, abrindo-se o espaço para todos concorrerem. Se apresentaram como representantes dos usuários: Elios Estevam de Souza que obteve 11 votos, Antônio Poz dos Santos com 15 votos e Leonilda Barbosa Favarim com 6 votos. Representando o Governo Sobrina Chiciuk de Souza com 3 votos e Cristiane G. P. Bescometo com 7 votos. Represente única dos trabalhadores Telma Terezinha Lopes Costa. Os 4 mais votados se reuniram e chegaram em um acordo e a diretoria ficou assim constituída: Presidente: Elios Estevam de

de Souza, Vice-presidente: Antonio Paz dos Santos, Secretário: Sabrina Chiciuk de Souza e Vice-Secretária Telma Terezinha Lopes Costa. O Conselho ainda aprovou, a pedido da Secretária de Saúde, a implantação de mais um Programa de Estratégia da Saúde da Família para atuar na área rural. Nada mais havendo a tratar a reunião e encerrada às 13:30 horas. Compareceram à reunião 21 Conselheiros e 3 participantes da comunidade. Para constar foi lavrado esta ata que após lida e aprovada segue devidamente assinada. Mandaguape, 30 de Abril de 2019. ~~Ata~~ Ata de 5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguape - Paraná, realizada no dia vinte e dois de maio de dois mil e dezoito, na sala de reunião deste Conselho situada à Rua Site de Setembro, 713, Edifício Rolo Cinco. Aos 22 dias do mês de maio de 2019, às 17:15 horas, tem início a 5ª Reunião Ordinária, com a presença de dezesseis (16) Conselheiros. O presidente Elias Estevam de Souza, de bom vinda a todos os presentes, comunga a ausência justificada do Secretário de Saúde e convoca a vice-presidente para leitura da ata da reunião anterior e a confecção da presente ata. Após aprovação da ata da 4ª Reunião Ordinária, (foi) e para a leitura da Ata da Reunião Extraordinária de dia 30/05/19, que também é aprovada. Após alguns minutos de produção dos

dados para a montagem de equipamentos de multimídia, às 17:40 h a Diretora do Departamento de Saúde iniciou a apresentação de Presto de Contas do 1º Quadrimestre de 2019. São apresentados dados sobre a receita do Departamento, que engloba Recursos transferidos pela União e Recursos próprios do município. Apresenta em seguida os Despesa, efetiva dos no Quadrimestre, destacando onde os Recursos tem sido aplicados. No item medicamentos extra lista, a Diretora explica que a licitação acabou em mal e que o Ministério Público orientou para que haja judicialização dos editais, daqui em diante. Explica que vinte pacientes fizeram uso desses medicamentos e que foram avisados para que entrassem na justiça, para garantir seus direitos. Entretanto, somente um portador de doença rare entrou com o processo e já está recebendo o medicamento necessário. Neste caso específico, o processo foi rápido, pois que se encaixava em todas as exigências. Ao falar sobre a aplicação dos recursos de importação e transferência na manutenção do Saúde, salienta que o município aplicou 23,48%. Uma conselheira chama a atenção da Diretora para as informações do SIOPS, que não está sendo alimentado e que, houve corte no envio do FPM devido a isso. Que já foi regularizado, porém, que o percentual constante no site é diferente do apresentado no Presto de Contas do ano de 2018 (15,19%). Ao ser questionada sobre a forma de acesso aos dados de contabilidade, a Diretora disse que "foram fechados os portos para o acesso do Departamento". Afirma que a contabilidade envia as informações

e que a responsabilidade seja do Controlador de Prefeitura. Em seguida, explica sobre os recursos pendentes, alguns desde 2015/2016. Com relação à UBS São Pedro, afirma que há anos não foi entregue pela Engenharia, que está aguardando um posicionamento. Explica que há grande quantidade de faltas em consultas, especialmente nas consultas especializadas de Neurologia e Psiquiatria; além de faltas em exames especializados inclusive Tomografias (40 faltas) e Ressonância Magnética (11 faltas), salienta o trabalho realizado pela equipe de agenda em especialidades, que está organizando estes e conseguindo aproveitamento de slots de consultas e exames pelo CISAMUSEP. Há muitos pedidos duplicados e muitos pedidos de exames parciais do INSS. As conselheiras Maria Lúcia e Virgínia observam que no relatório não constam a atividade dos programas de Saúde do Homem e Saúde da Mulher. Ao ser indagada se o Ortopedista realiza procedimentos, a Autora afirma que o mesmo só realiza consultas. Quanto à distribuição de medicamentos observa que a disponibilidade de medicamentos para os grupos de Saúde Mental e de Hipertensão e Diabetes é quatro vezes maior do que para os outros. No tocante à mortalidade infantil salienta que houve 1 caso no quadrimestre, cujo caso ocorreu nascer, ficou internado durante 2m e veio a falecer devido a uma síndrome rara. Com relação à doação de sangue, afirma ter sido muito boa e rápida, que ficou próximo ao mesmo volume de atendimento anti-pólio (39

informe que o Departamento de Meio Ambiente, está procedendo à limpeza para a construção dos cochos. No bairro de vizinhança central, foi observado que a mata onde não foi atingida causou surpresa o fato de que os professores, que tentaram lutar para ter a vizinhança, só têm 79% (89%) de cobertura até agora. Apenas os grupos de jovens e trabalhadores de saúde atingiram os níveis de cobertura adequados, com relação à Saúde do Trabalhador, no quesito acidente com material biológico (perfuro cortantes), houve queixa de uma Conselheira, sobre a não obtenção dos protocolos e a dificuldade de conseguir testes rápidos para os trabalhadores de saúde. O Autora relata na sequência, as atividades realizadas pela Fundação Andrade no Dia de Voz e as atividades desenvolvidas pelos agentes de endemias no combate à Dengue. Cita a infelicidade pela notícia jornalística veiculada em uma emissora de televisão e que, os agentes prestam serviços que nem sabem de sua cidade, mas do setor de meio ambiente. aponta ainda que, Mandaguari e Marialva são sempre elogiadas pelos trabalhos prestados. As relata a quantidade de imóveis fechados e os que se negam a permitir a presença dos agentes, afirma que é complicado o fiscal de prefeitura. Porém, afirma nas entrevistas realizadas que possuem relacionamentos com os casos de Dengue no município, que os agentes não têm acesso; que isso provavelmente seja devido ao abandono de aquisição de tablets para os agentes. Em seguida, o Autora informa ao Conselho, a troca de gestos das Vigi

lôncias em Saúde (Vigilância Sanitária, Epidemiologia, Ambiental e Saúde do Trabalhador) que ficou a cargo da Enfermeira Francielle Lima Dairó. Quanto aos exames de rax-x aponta que a quantidade de pacientes e o número de exames realizados, aponta que algumas pessoas realizam mais de um rax-x São 1400 pessoas e 3609 exames. Com relação ao baixo índice de coletas de exames para os do lado do interior, aponta a falta de enfermeiros como cause. Com relação à Saúde Bucal, afirma que a diminuição do atendimento se refere à reforma da UBC Central, que a equipe para contra toco da Endodontista (tratamento de canal) já foi realizada, mas que ele não vem com o atendimento, devido à falta de estrutura física. Com relação ao atendimento no CAPS, informa que a Dra. Luciane conquistou o título de Psiquiatra, agora oficialmente e que foi adquirido um carro para a Unidade onde erande parafarmacia. Também, informa que os pacientes de hemodialise agora estão sendo transportados por um carro pequeno para agilizar o atendimento e retornar aos domicílios, já que não são muitos os pacientes e o tratamento é pouco, e que é necessário que os pacientes retornem às suas casas o mais brevemente possível. Informa que o SAMU chega a perder quase que 7 (sete) atendimentos por dia, no média. Informa que foi feito treinamento para os estagiários que hoje são 38 pessoas. Ao final do relato, o presidente quis colocar o relatório

em votação, porém, após negociações com o Plenário, foi votado por ~~de~~ não realizar a votação, já que devido ao adiantado da hora, muitos conselheiros haviam ido embora e a Comissão de Finanças não havia recebido o relatório com a devolução antecedente para poder emitir opinião. Ficou acordado que a Comissão de Finanças, por meio de relatório de Trabalho de Contas, que até o dia 27 de maio, por seu relatório de evolução aos Conselheiros. O Presidente parabeniza a Diretora de Saúde, pela realização do Semestre de Enfermagem e coloca em votação o Ofício 12/2019 sobre índice de deficiência na Grupo de Saúde Bucal do PSF de Vila Guadalupe e instalação de Nova Grupo. O plenário aprova com ressalvas, já que há necessidade de algumas alterações no projeto. Também apresenta o Ofício 11/2019, enviado para a R5 solicitando informações sobre a indicação de Conselheiros pela entidade. A Diretora apresenta o Ofício 08/2019, com metas revisadas do SISPACTO, posto que, após o recebimento dos dados de revalorização, houve necessidade de alterar alguns indicadores como:

- 1) Número de óbitos prematuros (30 a 69 anos): Resultado de 2018: 36 óbitos - Meta pl 2019: 36 óbitos;
- 6) Número de casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade: Resultado 2018 = 08 casos;
- 11) Razão de exames citopatológicos do colo de útero em mulheres de 25 a 64 anos e população da mesma faixa etária: Resultado de 2018 = 0,33 (621);
- 12) Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 25 a 64 anos, dige, de 50 a 69 anos e população da mesma faixa etária: Resultado 2018: 0,32 (328).

e 14) Proposição de gravidez na adolescência entre as faixas etárias de 10a 19 anos. Resultado de 2018 = 12% (45/373). Nada mais havendo a tratar a reunião é encerrada às 19:50 horas. Além dos 18 Conselheiros, compareceram ainda 3 membros da comunidade. Para constar, lerei esta ata que, após lida e aprovada, segue devidamente assinada. Mandaguacu, 22 de maio de 2019.

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguacu - Pr, convocada pela Comissão de Finanças, realizada no dia 27 de maio de 2019, na sede deste Conselho Municipal de Saúde, à Rua sete de Setembro, 713, Edifício Ravena, sala 5. Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e dezanove, às dezessete e quinze horas, tem início a ? Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, com a presença de 17 Conselheiros e 2 membros da comunidade. O presidente abre a reunião, convidando a Conselheira Telma, relatora da Comissão de Finanças para que proceda à exposição da avaliação da Prestação de Contas do 1º trimestre de 2019. A relatora inicia a fala apresentando os membros da comissão de Finanças, Zéo Jorarin (Presidente), Cez Parisi (vice-presidente), Telma (relatora) e Egnaldo Pimental (membro da comunidade), e passa a apresentar a avaliação, da Prestação de Contas em telas diferentes, de forma a fazer um comparativo entre elas. A relatora apresenta os dados fornecidos na Prestação de Contas sobre os recursos repassados pela União, que são diferentes do que é encontrado no site do fundo Nacional de Saúde. A diferença é de pouco mais de cinco mil reais, a mais. Com relação aos gastos do município em Saúde, a diferença em valores apresentados, para os coletados, através do Portal da Transparência, é da ordem de R\$ 592.921,41 a mais. A prestação de contas informa ter sido da ordem de R\$ 592.921,41 a mais. A Prestação de Contas informa ter sido da ordem de R\$ 2.505.443,87, enquanto a comissão

encontrou R\$ 3.677.464,10, já descontados o repasse da União. A informação é de que a porcentagem de investimento em saúde foi de 23,48%, a Comissão encontrou 17,65%, uma diferença de 5,83%. Quando se começa a dispor a aplicação do dinheiro em saúde, o valor de aplicação passa a ser R\$ 4.607.066,43, enquanto a Comissão chega num valor de R\$ 3.677.464,10. Logo a prestação de contas informa um valor R\$ 802.523,74 a mais do que o valor inicial. A relatora passa a abordar as aplicações de recursos em saúde, separando em blocos de despesas, mas leva em consideração o valor apresentado na Prestação de Contas e seja, os R\$ 4.607.066,43. São separados os blocos: Despesas com pessoal; Despesas com urgência/emergência; Cirurgias e Diagnósticos; Consultas Especializadas/Exames/Cirurgias; Medicamentos; Materiais de Consumo, Hospedagem, e Convênios; Despesas com a frota de veículos, serviços básicos para manutenção e atendimento. Investimento, e outros. No bloco Despesas com Pessoal, a relatora une as despesas com folha de pagamento, honoramento de médicos, médico auditor, técnicos de enfermagem, estagiários e diárias para viagens de motoristas; e aponta que o gasto só com a folha de pagamento é de ordem de pouco mais de 57%. Quando o Tribunal de Contas atua como limite de segurança, a porcentagem de 54%. Ao se somar todos os gastos desse bloco, chega-se num valor de mais de 73% de gastos em pessoal, o que poderia explicar a falta de a falta de materiais básicos de limpeza como sabonetes, papel toalha, papel higiênico e copos descartáveis, nas unidades de saúde. O representante do Departamento de Saúde, José Pedro relate tal informação, alegando que para obter o índice de pessoal o município utiliza critérios contábeis nas classificações das despesas, e que no entendimento do setor contábil/administrativo do município, algumas das despesas elencadas pela relatora aqui como fazendo parte de despesas com pessoal, são classificadas

com despesas que não compõe o cálculo de pessoal. A relatora informa que podem apenas 27% para o restante dos blocos de despesas. Cinda com relação ao chamamento médico, a relatora aponta a informação, do Departamento, dando conta de uma aplicação de recursos da ordem de R\$ 534.813,00, ou seja, cerca de R\$ 133.703,25/mês; e pergunta onde está essa diferença de valores. A relatora lembra que durante a prestação de contas, questionou a diretora do Departamento sobre as empresas de chamamento médico, e que a mesma, afirmou que em relação as despesas com empresas contratadas para fornecimento de médicos, as diárias e os estagiários no entendimento contábil do município de Mandaguari, estas despesas são classificadas com serviços de terceiros e desta forma não constando como despesas de pessoal. A relatora mostra então, um gráfico com a distribuição dos valores auferidos pelas 8 empresas prestadoras de serviços e pergunta, quem faz a distribuição da carga horária entre as 8 empresas. Chama a atenção dos conselheiros sobre uma denúncia feita por si própria ao Conselho, em abril de 2017, dando conta da irregularidade da contratação da empresa Celsolut, que já no dia 02 de janeiro de 2017, primeiro dia da atual administração, encheu de médicos as UBS. Acrescentou que a empresa sequer tinha registro no CRM, à época, mas que nada foi feito para corrigir as irregularidades na contratação, nem pelo prefeito, nem pelo Conselho, tampouco pela Câmara de Vereadores. O Sr. Wilson, da UBS São Pedro, explica que era um dos médicos que iniciou prestação de serviços no dia 02 de janeiro de 2017 e que hoje é o único que ainda presta serviços para a empresa, por meio do período. No outro período presta atendimento por sua própria empresa a UBS. Ao ser questionado sobre quem determina a distribuição de horas, afirma que até onde sabe, as horas seriam distribuídas igualmente. A relatora questiona o porquê das empresas intermédium e HM pouca possuírem quase 50% da carga horária. O médico afirma não saber, mas faz

sobre a proprietária da Intermedium, que seria uma enfermeira concursada. Trabalhadores presentes informaram que a empresa seria da enfermeira Priscila. Fica confirmado pela cópia do contrato, em posse da comissão de Finanças, que o proprietário da Intermedium, é o marido da dita enfermeira e são feitas considerações sobre a legalidade de tal ato. A relatora explica a dificuldade em saber qual o custo benefício dessas empresas, questiona sobre a falta ponte desses, profissionais, que deveriam ser auditados. Aponta ainda, que nos contratos, o enfermeiro Leandro seria o fiscal desses contratos. Com relação ao número de consultas realizadas no quadriestrito, informa que as informações não são claras, sendo difícil separar as consultas realizadas no quadriestrito, informa que as informações não são claras, sendo difícil separar as consultas realizadas pelos médicos concursados, dos médicos contratados através de teste seletivo, e dos contratados via empresa de chamamento público, e que inviabiliza um julgamento com relação a efetividade da prestação de serviços destes. A relatora demonstra preocupação com a evolução do pagamento de diárias para a casa de apoio em Curitiba que recebe doentes e acompanhantes, que o gasto no quadriestrito já é maior que o gasto no ano passado inteiro. A relatora apresenta dados do Sistema de Informações de Orçamentos Públicos de Saúde (SIOPS), que mostram que o gasto em saúde em 2018, apesar do Relatório Anual de Gestão ter apontado um gasto de 25,421. Na verdade apresentou oficialmente, um gasto de 15,191. o menor em muitos anos. Informa, ainda, que o SIOPS deve ser atualizado trimestralmente, mas, que até agora, não existe informação alguma do ano de 2019. A relatora encerra a apresentação, afirmando que devido a falta de tempo, ocasionada pelo atraso na divulgação da Prestação de Contas, não foi possível transmitir todos os dados apresentados. O representante do Departamento, José Pedro, solicita a palavra para explicar as dificuldades do Departamento em obter informações da

contabilidade do município. Em seguida, devido a ausência do Presidente do Conselho, que precisou se ausentar da reunião o vice-presidente solicita a conclusão da Comissão de finanças que se posiciona contra a aprovação do Relatório do 1.º trimestre. A votação é encaminhada para o Plenário, onde 13 Conselheiros estão aptos a votar. Após discussões sobre os efeitos de uma reprovação de contas, a Comissão de Finanças informa que entrou em contato com o Tribunal de Contas, e que foi informada, que este seria um sinal de alerta para a administração, e que ainda há possibilidade de correção dos rumos no decorrer dos próximos quadri-mestres. A votação é levada a plenária onde 6 Conselheiros Reprovam as contas e 7 Conselheiros aprovam com ressalvas. É solicitada à Comissão, a entrega de um relatório para que o Departamento de Saúde preste as informações solicitadas e possa respondê-las na próxima sessão ordinária. A sessão é encerrada às 19:30 horas. Para constar, lavrada esta ata como segunda secretária, pois a primeira secretária Patrícia Chicure não estava presente com justificativa apresentada que após lida e aprovada, segue devidamente assinada. Mandaguacá, 27 de maio de 2019.

Cita da 6ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguacá - Paraná realizada no dia 25 de junho de 2019, às 17:13 do dia 25 de junho teve início a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde. O presidente abre a reunião cumprimentando a todos; e lendo a pauta da reunião que consta os seguintes assuntos: leitura da Ata, documentos e ^{gerais} ~~assuntos~~. Em seguida é convidada a Secretária, para fazer a leitura da ata a qual após lida, foi feito um pedido de retificação pela Secretária de Saúde em alguns pontos; sendo assim aprovada a ser realizadas as alterações; que o apontamento feito pela comissão de orçamentos, finanças, contratos e

convênios em relação a uma fala dela, não condiz com a verdade conforme segue no relatório desta comissão, afirmando que: "Ao ser questionada sobre o atendimento prestados pelas empresas, a Diretora informou não ter o menor controle sobre tais, acrescentando que não sabe que tem esse controle". A Secretária de Saúde solicitou que fosse retificado a ata do dia 27 de maio de 2019. A fala da Secretária é que a relação das despesas com empresas contratadas para o fornecimento de médicos, as diárias e os estagiários no entendimento contábil do Município de Mandaguape, estas despesas são classificadas com serviços de terceiros e desta forma não constando como despesas de pessoal. O representante do Departamento de Saúde José Pedro explica que para obter o índice de pessoal o Município utiliza critérios contábeis na classificação das despesas, e que no entendimento do setor contábil administrativo do Município, algumas das despesas elencadas pela relatora aqui como fazendo parte de despesas, com pessoal, são classificadas com despesas que não compõem o cálculo de pessoal. A Secretária fala sobre a construção da obra da UBS Bela Vista que teve a conclusão do processo da engenharia sendo que a obra está oficialmente concluída faltando somente chegar alguns recursos para finalizar. A Secretária Cristiane apresenta para o Conselho programas novos um deles é o Programa o gerente da UBS, gerente da Clínica Básica; querendo assim cadastrar a UBS Vila Guadiana no programa. A Secretária de Saúde explicou a alteração que será feita na Estrutura Organizacional via projeto de Lei esta mudança não vai gerar impacto financeiros. Foi realizado um calendário de reuniões do Conselho Municipal de Saúde com o mês e datas que acontecerá as reuniões cada membro do Conselho recebeu a cópia das datas das reuniões.

Sobre a Prestação de contas do primeiro quadrimestre a Secretária de Saúde apresentou para o novo Secretário de

contabilidade do município. Em seguida, devido à ausência do Presidente do Conselho, que precisou se ausentar da reunião o vice-presidente solicita a conclusão da Comissão de finanças que se posiciona contra a aprovação do Relatório do 1.º trimestre. A votação é encaminhada para o Plenário, onde os Conselheiros estão aptos a votar. Após discussões sobre o efeito de uma reprovação de contas, a Comissão de Finanças informa que entrou em contato com o Tribunal de Contas e que foi informada, que este seria um sinal de alerta para a administração, e que ainda há possibilidade de correção dos rumos no decorrer dos próximos quadrimestres. A votação é levada a plenária onde 6 Conselheiros Reprovam as contas e 7 Conselheiros aprovam com ressalvas. É solicitada à Comissão, a entrega de um relatório para que o Departamento de Saúde preste as informações cabíveis e possa respondê-las na próxima sessão ordinária. A sessão é encerrada às 19:30 horas. Para constar, lavra esta ata como segunda secretária, pois a primeira secretária Patrícia Etuic não estava presente com justificativa apresentada que após lida e aprovada, segue devidamente assinada Mandaguacá, 27 de maio de 2019.

Cita da 6.ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguacá - Paraná realizada no dia 25 de junho de 2019, às 17:13 do dia 25 de junho teve início a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde. O presidente abre a reunião cumprimentando a todos; e lendo a pauta da reunião que consta os seguintes assuntos: leitura da Ata, documentos e demais. Em seguida é convidada a Secretária para fazer a leitura da ata a qual após lida, foi feito um pedido de retificação pela Secretária de Saúde em alguns pontos; sendo assim aprovada a ser realizadas as alterações; que o apontamento feito pela comissão de orçamentos, finanças, contratos e

nada sobre esses profissionais. Seguindo o pedido de ratificação por parte da Diretora do Departamento de Saúde nesta parte ela afirma não ter dito isto, mas sim que ela conhece sim todo o processo. Feitas as ratificações pontuadas, segue em ata o projeto de Odontologia apresentada pela Conselheira Telma.

A conselheira Telma falou sobre alguns pontos premonitórios que precisam ser reunidos pelo Departamento de Saúde para o setor de Odontologia. Através desse projeto de Odontologia poderá vir equipamentos para o setor. Foi solicitado ao Conselho Municipal de Saúde algum documento que se tenha registrado em ata na gestão anterior sobre a reforma do setor de odontologia. Senhor Antônio ficou de averiguar se há, a existência de algum documento e encaminhar para a secretária de Saúde.

Um outro documento que a Conselheira Telma solicitou é sobre o controle da Fluoretação de Clastecimento Público, que seria solicitado os valores para a empresa e Clastecimento de água do Município de Mandaguari, Sanepar. Foi comentado em plenária sobre a redução da carga horária de trabalho das auxiliares da odontologia, o concurso que fizeram e para quarenta horas semanais, foi feito um acordo com o prefeito para seis horas, mas não tem documento. Foi apresentada a nova Coordenadora do setor de Odontologia Círiane. A Clínica de Odontologia retornará os atendimentos no dia trinta e um do mês de julho com a reinauguração da clínica que foi reformada. Para constar lavrei esta ata que após lida e aprovada segue devidamente assinada por Irina Chacur Souza.

Ata da 8ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguari, Paraná, realizada no dia quinze de agosto de dois mil e dezesseis, com início às dezesseis horas e dez minutos, com a presença de dezesseis conselheiros. A reunião tem início com a leitura da ata da reunião anterior que é aprovada por todos os presentes. Em

segundo, o Presidente informe sobre a ausência de 12 excusões do CMS, do Diretor do Departamento e da ausência de outros Conselheiros.

O Presidente procede à leitura do convite para a Conferência de Assistência Social e fala sobre o cessar de sede de reuniões do Conselho para atividades do Departamento de Saúde. É procedido, então, a leitura de Ofício do Ministério da Saúde que trata de um Inquérito elaborado pela Comissão Técnica de Apoio Básico do Conselho Nacional de Saúde, a ser entregue até a data de trinta de setembro de 2019. O Presidente e vice vão se encorajar de realização do questionário. Em seguida, o Presidente fala sobre a necessidade de se reforçar o cadastro dos Conselheiros, para se manter no grupo do WhatsApp, apenas os membros do Conselho. O vice-presidente fala sobre a Posição de Nomeação dos Conselheiros, que até agora não foi feita. A vice também fala também sobre o Regimento Interno. A conselheira Leo fala sobre o relatório sobre os questionamentos do Conselho de Finanças, que até agora não houve resposta, com este/ela de todos os grupos. O vice presidente fala de realização de um ofício para a Diretora do Departamento com o prazo de dez dias antes da próxima reunião, para apresentação do Relatório Quadrimestral. O Presidente fala que o Conselho de Infância exige que, como nos faz parte da administração que presta as informações do 1º Quadrimestre, para o Relatório do 2º Quadrimestre, para prestar as devidas informações. Há um questionamento para a Conselheira Beto

sob a presença de médicos na UBS do
Parque Duro Verde. A mesma enfermeira que
o Dr. Glor está prestando atendimento lá agora.
A Conselheira Elvira, fala que não está
tendo médicos em Pulinópolis e que a enfer-
meira está rezando Pulinópolis com Vila
Quechones. A Conselheira Telma indaga
sobre o Concurso Público, se já existe um
plano de contratação e demissão de lotações.
Como nos havia mais nada a tratar-
do, o Presidente declarou a sessão encerrada.
Dessa vez, sobre este ato que após apro-
var, está devidamente assinado.

Cita da 9ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde
de Mandaguari; realizada no dia vinte e cinco de setembro
de dois mil e dezoito. A reunião teve início com a leitura da
ata anterior que é aprovada por todos os presentes. A pauta da
reunião foi lida pela primeira secretária com os seguintes assuntos:
leitura da ata anterior, prestação de contas do 2º quadrimestre,
comunicado de solicitação do Ministério da Saúde. Presidente
agradece a presença de todos. A Secretária de Saúde fala
sobre o comunicado de solicitação do Ministério da Saúde.
e agradece a presença do Contador e Diretor Cleison Moreira
de Souza do Departamento da Fazenda e do Leandro que faz
a contabilidade do Departamento de Saúde.

Secretaria fala sobre o ofício nº 166/2019 enviado ao Conselho
Municipal de Saúde comunicando o que o Município fez a
solicitação de credenciamento de equipes e serviços da Atenção
Primária à Saúde ao Ministério da Saúde, conforme quanti-
tativo apresentado. Declarando que as diretrizes, metas,
objetivos e ações relacionadas à qualificação e au-
mento de cobertura de equipes e serviços de Saúde
foram inseridos no Plano Anual de Saúde, os
quais foram pactuados e aprovados por Conselho

Municipal de Saúde.

Município de Mandaguacú ESF 07, ACS: 30
Gerente 02, NASF -ABI, 01. Em seguida foi falado
do ofício n: 003/2019 enviado para o Departamento
Municipal de Saúde de Mandaguacú, pela Coordenadora
Crisiani Cilibuquerque solicitando a Secretaria de Saúde
alterações a serem realizadas no relatório quadrimestre
apresentado ao Conselho Municipal de Saúde, referente ao
segundo Quadrimestre de dois mil e dezenove. Este
documento segue em anexo. Anexo 1: relatório solicitado
Anexo 2: relatório apresentado ao Conselho, Anexo 3
relatório alterado conforme quadro apresentado na
reunião do Conselho Municipal de Saúde. Este documento
encontra-se guardado e arquivado na sala do Conselho
Municipal de Saúde com todas as informações apresentadas
por este ofício n: 003/2019. Secretaria iniciou a Prestação
de Contas com a apresentação em slides.

Sobre as Recitas Pub. a conselheira Telma questiona
porque o Estado não entra neste item. A secretaria
explica que não entra porque a medicação é enviada
e o Estado recebe direto. O Secretário da Fazenda
explica que a liberação é feita de forma diferen-
do que o Consórcio Parana Saúde recebe o dinheiro da
União diretamente repassando ao Estado, que envia a medicação para o

Sobre item despesas Chamamento de técnicos houve mais
horas trabalhadas, aumento do valor se dá com o limite
de número de contratos, com oito técnicos. Foi explicado
que as diferenças de valores existem por causa dos
empenhos realizados. Os valores são mais ou menos fixos
e quando existem diferenças é por causa do empenho.

Foi falado sobre o laboratório Santa Teresinha que
aumento de demandas de exames com menos de noventa
dias para o mesmo paciente se dá por conta de pedidos

solicitação de um técnico que está cuidando do caso. A Secretaria citou sobre o Cadastro de equipe saúde da família, a reorganização das UBS, para que possam funcionar melhor. A primeira equipe é da Guadiana, a segunda equipe é do IBC e a terceira equipe é do Posto da Unidade Central. Sobre o Paraná saúde é feito só a liberação do medicamento o Ministério de saúde não tinha feito o repasse e faltou medicamento, mas segundo a Secretaria de saúde já está resolvido. Sobre o item material de consumo foi questionado sobre a frota. Secretaria explicou que o aumento de despesas seria pela manutenção dos veículos. Sobre a energia elétrica a diferença de valores se dá pela questão dos empenhos que eram realizados em mês diferentes; a fatura é agrupada e soma por Departamento. Foi falado sobre o relatório do SIOPS que houve mudanças no sistema. Todo investimento além dos 151. será jogado como despesa da saúde. O PECAPS no valor de três mil reais e o SIOPS foi lançado no mesmo. Foi citado que é necessário pedir a reabertura do SIOPS e a sugestão dada pela Conselheira Tilmá e que este sistema SIOPS seja atualizado trimestralmente. É preciso colocar em dia o SIOPS. O Secretário de Fazenda disse que foi encontrado o erro e passará a divergência de valores da diferença. Pode ter ocorrido um erro de visualização de números. Sobre a conta de telefone foi dado a sugestão da compra de telefones celulares para diminuir os gastos. Sobre a coleta de resíduos hospitalares a diferença existiu por não mandarem os relatórios e por falta destes não foi empenhado. O repasse para saúde por lei é de 151 de impostos, e foi utilizado 23,92%. Sendo que este valor foi retificado para 23,16%. Sobre materiais e equipamentos a Secretária Cristiane disse que é preciso ver a questão do Seguro predial e a

importância de aumentar a segurança com câmeras para monitoramento dos locais que possuem equipamentos de valor. Sobre os recursos pendentes existe o da Furgoneta de oitenta mil reais, mas segundo a secretária Cristiane não existe este vínculo neste valor geralmente são mais caras, e o problema de orçamentos dificulta o andamento do gasto dos recursos. Sobre o item consultas e exames a conselheira Telma disse que sente falta de saber qual é a colocação dos pacientes na fila de espera. A secretária Cristiane falou sobre o novo trabalho pela SESA/Mentoria Estadual de Saúde, o qual ela participou de vários encontros sobre o Planejamento Regional Integrado com o objetivo de estar organizando o fluxo de atendimento do município. Para as consultas a secretária falou sobre a nova proposta de mudança de conceito nos atendimentos não usando com as empresas o termo Plantão e sim atendimentos realizados nos períodos de manhã, tarde e noite na Atenção Básica. Sobre despesas com medicamentos o financiamento do Estado e do governo não supre as necessidades do município sendo pouco o repasse.

Foi citado sobre o aumento de casos de Violência Doméstica sendo neste quadrimestre um total de 21 casos. Esses casos são encaminhados para os setores responsáveis. Foi sugerido que as notificações sejam realizadas por setores, unidades de atendimento. Sobre a Vigilância Ambiental o setor de Endemias e Meio Ambiente faz a limpeza urbana. Visitas domiciliares e Posto Central não têm a equipe Saúde da Família. Sobre o item Saúde Bucal ocorreu alguns problemas nas informações onde a Coordenadora Ariane corrigiu os dados e encaminhou o ofício nº 003/2019 para o Conselho de Saúde como já citado no início desta ata. Sobre o transporte sanitário o microônibus foi adido

atendimento administrativo. Sobre o atendimento de
terapia estava com dificuldades com transporte dos pacientes.
questionado sobre a contratação de pessoas pelo concurso
municipal. A secretária explicou que a dificuldade de contrata-
ção se dá pelo alto índice, mas que fez o pedido para alguns
que precisa como auxiliar técnico administrativo,
auxiliar de serviços gerais, motoristas, fiscal, técnico
vigilância sanitária e técnico de enfermagem.
A Conselheira Telma pontuou as dificuldades que o
Centro de Odontologia vem apresentando, como por exemplo
cadeiras que precisam ser arrumadas e estão desativadas.
A porta de entrada está quebrada. Os equipamentos
possuem cinco cadeiras e somente uma delas está
funcionando bem. O compressor precisa de manutenção
e as empresas para realizar a manutenção técnica falha
em passar os exames dificultando a agilidade no
atendimento. O Conselheiro Sr. Canteiro falou sobre os lances
do Posto Central que precisam de melhorias. O Secretário
de Fazenda com uso da palavra disse estar a disposição
para qualquer esclarecimento. Com a presença de dezesseis
Conselheiros a prestação de contas foi apresentada e
aprovada por todos. O pedido da Secretária Cristiane
para alterar o valor do repasse de 200
mil e mil reais para duzentos e vinte mil reais feita
pelo Deputado Sargento Jahur.

Como não houve mais nada a ser tratado, o Presidente
deu a sessão encerrada. Para constar, lavei esta
ata que após lida e aprovada será devidamente assinada.
Data de 10^ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal
de Nandanguçu - PR, realizada no dia treze de no-
vembro de 2019, no sede deste Conselho, à Rua
Sergento Jahur, 713, Edifício Rovena, sala 05. Aos
doze dias do mês de novembro de dois mil e dezoito.

nove, às dezessete horas e trinta e nove m-
tos, ao se conseguir quórum, teve início a
sessão ordinária com a presença de onze
membros, do Doutor do Departamento de Saúde,
Custódio do Amorim, e de um membro da
comunidade. O presidente do Conselho abriu
reunião solicitando que a segunda sessão
assumisse a posse de primeira sessão, a
ausência justificada do primeiro e, por
segunda ^{em} o Doutor do Departamento de Saúde,
houve alegação e necessidade de se ausentar
da reunião até às dezessete horas, por problemas
particulares. A segunda sessão, Telma
Vieira Presidente, Antônia, alertaram o presidente
para a necessidade do litúrgico e a aprovação
do ato da reunião primeiramente. Foi pro-
posto e lido o ato anterior e identificados
pontos onde não se conseguiu total compres-
so do que está escrito; após discutir entre os p-
tes viu-se por bem corrigir o texto e
diz: "Sobre o transporte sanitário o menor
for cedido pelo atendimento administrativo
que deve ser lido como: "Sobre o transporte
sanitário, o menor for cedido para
atendimento administrativo". O presidente e
questionou a conselheira Telma, membro do
seu de Finanças, sobre se teve ficado satis-
feito com a resposta do Conselho do Prefeito, e
sobre os questionamentos levantados na aula
do segundo quadrimestre, a conselheira res-
pondeu que não recebeu resposta alguma. O pre-
sidente questionou com o Conselho e que ele
ter repassado as informações. A conselheira
Telma perguntou a Conselheira Sra. pres

da Comissão de Finanças, se recebeu a resposta, e a mesma negou. A Diretora questionou se foi feito um documento formal do Conselho ou da Comissão de Finanças, e falou da necessidade de fazê-lo, no que o Conselheiro Sommaro concordou. O Conselheiro Telma alegou que o próprio Cleisson entrou em contato com ela solicitando seu e-mail para o encaminhamento de resposta, mas que não enviou. Foi acordado que a Comissão de Finanças fará também, um documento oficial. O vice-presidente, Conselheiro Antonio, chamou a atenção para que conste em ata o horário do término das reuniões, já que em várias atas, não está contido. Em seguida, a ata foi colocada em votação e aprovada pela maioria dos presentes. A palavra foi passada para a Diretora de Saúde, que ^{informou} sobre a necessidade de se passar informações ao Conselho Municipal de Saúde e à Comissão Intergestores Regional, e que deve constar em ata, sobre os recursos recebidos pelos municípios através de Grupos Parlamentares. Passaram então, a relatar os dados que estão anexados a esta ata. Os recursos recebidos através do Ministério da Saúde e da Fundação Estadual de Saúde até o presente momento são: R\$ 200 em bonificação de juros, através do Grupo do Deputado Fagundes Fagundes - PAB - 36000.2695842/01-900, duzentos e vinte mil reais para cartão que foram usados praticamente só para salários. Recebido em um de novembro, através do Grupo do Deputado Federal Ricardo Barros - Nº 33320005 - o valor de cento e quarenta e nove mil, novecentos e sessenta reais depositados na conta 0661116 do Banco do Brasil, em quatorze

de novo alto; voto este que será utilizado
na aquisição de equipamentos e materiais
permanentes para a UBS São Pedro.
Apresentou ainda, um quadro demonstra-
tivo dos Emendas codificados, porém, ainda
não recebidos; Para: custos, o voto de
cem mil reais do Deputado Luciano Duque
Inocente do PAB - nº 34050007, e para inves-
timento; duas Emendas do Deputado Luiz
Nishimori, a de nº 28740010 - para aquisição
de equipamentos e materiais permanentes no
voto de cento e sessenta e nove mil e nove-
centos reais, e a de nº 28740015, no voto de
cento e trinta e sete mil, setecentos e vinte e
sete reais. Ao ser questionado sobre infor-
mações sobre Emendas de Deputados Estaduais
para aquisição de equipamentos para a
Unidade de Saúde Bucal, a Senhora alegou que
só apenas acordos verbais, que não existis-
sem documentos, portanto, tais fatos não
devem constar neste ato. Após tais infor-
mações a Senhora se despediu dos Conselheiros.
As dezessete horas e cinquenta e nove mi-
nutos. Quando regressamos à reunião, o Presi-
dente falou sobre as dificuldades com relação
à Saúde, pelo congelamento dos recursos
por estes anos, mas ponderou que as
notícias não são boas internamente mas em relação
à Conselheira Telma falou sobre o prêmio
que a Saúde Bucal recebeu. A Conselheira in-
formou aos presentes, que só tem o conhe-
cimento da conquista do segundo lugar do
Prêmio de Saúde Bucal 2019, entre municí-
pios de até vinte mil habitantes, porque o Com

Regional de Odontologia do Paraná deu um e-mail para que entrassem em contato com a prefeitura; já que haviam mandado um convite com o resultado de premiação para o Prêmio Indis, por Ações de Reabilitamento, mas o mesmo não havia ocorrido o realmento. A Conselheira comprou o evento de premiação em Curitiba, com os custos de suas despesas feitas pela administração municipal, onde recebeu um certificado de participação do município no evento e participou de esse reunião de dentistas conselheiros de saúde do Paraná, cujo ponto foi a participação dos dentistas nos seus respectivos Conselhos e no Conselho Gestor de Saúde. Em seguida, a Conselheira mostrou sua preocupação pela queda iminente do Programa de Saúde Bucal do PSF da Vila Quaderone, já que o prazo para o cadastramento do novo profissional se expira em novembro, digamos, dezembro e até agora não se realizou o teste piloto e não foi usada nenhuma outra modalidade de contratação de profissional. A Conselheira apresentou a dificuldade que os trabalhadores têm enfrentado, até que o atendimento na Vila Quaderone está parado há praticamente dois meses, pois o computador está quebrado. Deu os servidores estão tendo problemas com livros dos tomadores mais do que os outros, devido à falta de licitação para a compra de materiais e insumos. Foi dada situação do Grupo de Enfermagem do Centro de Saúde, que está com dificuldades de atendimento, pois só tem um aparelho para aferir a pressão arterial e somente um

aparelho para medir a glicemia dos pacientes durante o atendimento de uma senhora que passou mal num ônibus e viu a obra no UBS Central, todos os serviços foram paralisados para o atendimento de uma vítima mesmo após a presença do SAMU na unidade. Houve falta de medicamento, inclusive durante tempo, e de repente uma caixa do produto com a qual guarda a validade. Que foi enviada para o UBS, uma caixa de paracetamol que estava vencendo. Trabalhadores informaram que houve falta de Soro fisiológico, Aungos e até detergente para a limpeza. O Conselho Deliberativo questionou sobre a ausência de Diretores do Departamento para dar resposta ao Conselho. O Conselho fez questionar sobre a validade dos compras efetuadas sobre a Unidade de Saúde Bucal, mas, já não se sabe se que estejam tendo atendimento no UBS Central. O Conselheiro Somma respondeu, que é ex-Diretor do Departamento de Fomento, faziam os pedidos de compras em até quatro vezes; e questionou sobre quem fosse solicitador de materiais para a Unidade de Enfermagem, que por duas vezes foram pedidos a legados em nome da Direção de Saúde Bucal. Além disso, que se não falta para o setor de Odontologia, não deve faltar para a Enfermagem também. O Conselheiro Telma respondeu e informou que um funcionário da Farmácia Central, comprou a unidade, f

no levantamento do material e fez reposi-
 ção dos itens faltantes. O Conselho Sanitário
 questionou o projeto de Grafomagem nas res-
 postas e pediu para ser, não se sabe a resposta.
 O Conselho deu sugestões sobre os trabalhos
 de Sétor de Odontologia e demais problemas já rela-
 tados em outros reuniões, mesmo após a reforma
 do setor. O Conselho Sanitário explicou sobre os
 métodos de encaminhamento e resolução dos problemas. O
 presidente Antônio falou sobre a falta de equi-
 pamento de Prostética Individual para os funcionários
 e limpeza. O Conselho informou sobre os relatórios
 realizados nos UBS para o Ministério de
 Saúde, pelo presidente e vice. Que os relatórios
 não foram repassados para o Conselho. O Con-
 selheiro Antônio disse que não houve necessidade
 de repor os dados, no que foi controlado
 pelo Delma. O presidente Elton fez um relatório
 e um atendimento de urgência que necessitou
 tirar os funcionários do Centro de Saúde afir-
 mando que, "um pouco que eles recebem em dia",
 tal a negligência com que prestaram o aten-
 dimento. Relatou um episódio de desapareci-
 mento da chave de um armário, onde estavam
 remédios que ele necessita tomar com
 urgência. Falou da necessidade de um
 remédio para ver os casos que tem que tomar
 a frente, e de um paciente que tinha que
 ir para o Hospital Universitário, devido a fra-
 que do mal, de demora em providenciar o
 transporte. Que deveria haver advertências para
 funcionários que, nos que tem trabalhos. Uma per-
 soa ficou sabendo que iria começar treinamentos
 cursos de copyref para os funcionários da

social. Os trabalhadores presentes alegraram-se ao ter conhecimento sobre esse assunto. O Conselheiro Alexandre elogiou o atendimento que sempre recebem no Centro de Saúde, inclusive a agilidade nos encaminhamentos que possuem uma funcionária durante a recepção, não por desatento de alguma funcionária, mas por ter sido desatento por outras funcionárias. O Conselheiro Telmo falou das dificuldades de deslocamento do pessoal do Centro de Saúde, que remonta ao primeiro mês de agosto da atual gestão, depois, administrando que há necessidade de contratação de pessoal o que ainda não foi feito, mesmo com um contrato recém resolvido. Que as funcionárias não se sentem acolhidas pela gestão, mas há necessidade para ter melhor em seu trabalho. O Conselheiro fez questionamentos sobre documentos recebidos e expedidos pelo Conselho, que não estão sendo repassados para o Conselho. Telmo cita o anexo dos documentos apresentados no reunião anterior, que não sabe sobre seu conteúdo, que até agora não sabe quais as explicações que foram dadas pela Coordenação de Saúde Bucal, sobre erros no relatório do segundo quadrimestre, que ainda devem ser providos. Para os Conselheiros, mas que isso não está acontecendo. Foi colocado em votação e elaboração de um documento para ser enviado para o Autor, sobre os questionamentos de reunião de hoje, o que foi aprovado pelos Conselheiros presentes. O rumo foi encaminhado às demais horas.

e quarenta e um minutos, com a presença de doze conselheiros. Para constar, lavrei esta ata que após lida e aprovada, segue devidamente assinada. Mandaguai, treze de novembro de dois mil e dezanove. *Ass*

Ata da 11ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguai- PR, realizada no dia dez de dezembro de dois mil e dezanove, na sede deste Conselho, à Rua Sete de Setembro, setecentos e treze, Edifício Ravena, sala cinco. Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, às dezessete horas e vinte minutos, teve início a sessão ordinária com a presença de vinte e dois conselheiros, da diretora do Departamento de Saúde Cristiane do Amaral, do Presidente da Câmara Municipal Márcio Navachi e do vereador Manoel Monteiro. O Presidente do Conselho abriu a reunião falando da antecipação da reunião, em uma semana, devido a necessidade de serem votados assuntos urgentes para a saúde pública de Mandaguai. Solicitou que a segunda secretária fizesse a leitura da ata da reunião anterior, que em seguida foi aprovada pela maioria dos conselheiros. Em seguida, foram lidos os documentos recebidos pelo conselho. Documento um: enviado pela primeira secretária Sabrina Chiciuc Souza, representante da Assistência Social, no dia de ontem, solicitando seu desligamento desta entidade, por motivos pessoais. Documento dois: Termo de Parceria na Modalidade Fomento, com a Associação Norte Paranaense de Reabilitação que tem como objeto, o "pagamento de fisioterapeutas para o atendimento de crianças e adolescentes com deficiência física neuromotora", para o ano de 2020, no valor de vinte e quatro mil reais anuais, divididos em doze parcelas de dois mil reais. A renovação da parceria com a ANPR foi

Ass

aprovada por unanimidade. Documento três: Descritivo de como deve-se dar a Aplicação dos Recursos do Programa de Qualificação das Ações de Atenção e Vigilância Sanitária - VIGIASUS - Resolução 615/2019 da SESA Paraná. O documento especifica os valores estimados para despesas de custeio no valor de R\$ 34.639,01. E de despesas de capital no valor de R\$ 21.432,65. A contrapartida do município será a execução das ações de vigilância em saúde já pactuadas e a prestação de contas ao Conselho deve ser feita até 30 de março do ano seguinte, no Relatório Anual de Gestão. A palavra foi passada para a Diretora do Departamento de Saúde, para a apresentação da Pactuação das AIH - Autorizações de Internação Hospitalar próprias do município. A Diretora falou que seu objetivo é melhorar a saúde no município e da necessidade de urgência devido a um documento enviado pelo Hospital São Lourenço, informando sobre seu fechamento. Que recebeu o documento no dia 29 de novembro informando seu descredenciamento ao SUS e encerramento de atividades no dia 30 de dezembro deste ano. Lembrou que o município tem um contrato assinado com o hospital até 31 de dezembro e que esse descredenciamento se refere a um contrato que o hospital tem com o governo de estado, que é válido até 1 de agosto de 2020, em relação às AIH, para atendimentos clínicos, ambulatoriais e cirúrgicos. Que ao tomar conhecimento do documento entrou em contato com a 15ª RS visto a necessidade de nova pactuação das AIH próprias do município que estão todas alocadas no HSL. Houveram intensas negociações e se conseguiu novas pactuações. A Diretora lembra que já havia demonstrado o interesse de transferir algumas AIH para outros hospitais, o que inclusive já havia sido aprovada por este Conselho, mas que naquele momento achou por bem não as retirar daqui, pois havia uma conversa com uma instituição de ensino, que teria interesse em assumir a gestão do HSL e que seria



pertinente que essas autorizações se mantivessem aqui mesmo no município. Que essas negociações haviam começado há aproximadamente seis meses, mas que após uma reunião no dia 26 de novembro, elas se mostraram infrutíferas. Que em dez dias de negociações se conseguiu a distribuição das 83 AIH entre o Hospital Santa Clara de Colorado, que ficará com 25 AIH; o Hospital Cristo Rei de Astorga, receberá 12 AIH; e o Hospital Metropolitano de Sarandi, ficará com 46 AIH. Foi tentada negociação com o município de Maringá, porém, não se conseguiu devido às férias do Gestor da Saúde de Maringá, responsável pela pactuação. No caso de Colorado, as 25 AIH se transformarão em 27, devido ao custo delas que é diferente do custo das de Mandaguaçu. 490 reais e 641 reais, respectivamente. Ao ser indagada sobre o porquê desta diferença, foi esclarecido que o cálculo é feito pelo Estado, levando em consideração a complexidade dos serviços. Em Astorga o custo também é praticamente igual ao de Mandaguaçu. No caso de Sarandi, o custo é em média três vezes maior, portanto deverá haver uma redução de 46 para 23 AIH. O conselheiro Dalvair questionou sobre a logística e recebeu a informação que será através do transporte sanitário do município, como já é feito atualmente. A diretora informa que aqui havia sobra, em média, de 25 AIH, porque o hospital não atendia uma complexidade maior, e que acabavam cedidas a outros municípios. Que o diferencial nesta nova pactuação são principalmente, as cirurgias pediátricas a serem realizadas no Metropolitano de Sarandi, vasectomias em Colorado; e Cirurgias ortopédicas em Astorga e Colorado. Sobre o questionamento do conselheiro Antônio sobre AIH em Nova Esperança e Mandaguari, a diretora explica que são outras, de maior complexidade, num total de 41, que são gerenciadas pelo estado e distribuídas pelo Hospitais Santa Rita, Santa Casa e HU de Maringá, Hospitais de Curitiba,



Ponta Grossa, Arapongas, Londrina. São Neurocirurgias, cirurgias cardíacas, cirurgias ortopédicas de grande porte, como cirurgia de quadril. A conselheira Cris pergunta se essa cota é mensal e é confirmado que sim. A conselheira Edna também se preocupa com o transporte e recebe a confirmação de que as cirurgias serão pré-agendadas. A conselheira Telma solicitou informações adicionais com relação ao credenciamento do Hospital São Lourenço e a Diretora apresentou uma nota de esclarecimento, datada de 30 de novembro, que foi lida para conhecimento de todos e se encontra anexada a esta ata. A conselheira Telma questionou que se a Nota Técnica era de conhecimento da secretaria desde agosto, por que não conversou sobre isso com o hospital? A diretora voltou a explicar sobre os trâmites das negociações. Afirmou que o prefeito se manifestou totalmente disponível para discutir o assunto. Falou sobre a alocação de recursos, pois não existe dinheiro novo. Que a partir do momento que o hospital tiver laboratório, exames de imagem, consultas em especialidades, tudo poderia ser alocado aqui no HSL. Que saiu da reunião bastante otimista. Que por meio das mídias sociais ficou sabendo que o motivo alegado pelo hospital para fechar, seria a não renovação do contrato com a prefeitura. Que por nenhum momento foi falado que não seria renovado. Que apenas alegou que o cenário estava diferente, devido à nota técnica do MP. Que houveram muitas discussões sobre essa nota técnica no CRESEMS e no COSEMS, e que a versão final saiu em agosto. A Conselheira Telma perguntou se foi discutido com o HSL, ela respondeu que não, que isso poderia até ter antecipado a atitude tomada agora pelo HSL, se o tivesse feito. As discussões eram internas, na secretaria, e com o jurídico. Que em 2009, foi pactuado com a UPA Zona Sul os atendimentos em emergência e urgência de Mandaguapé, através do Ministério da Saúde, que é feito um

repassa para a Secretaria de Saúde de Maringá, mas que não se sabe afirmar qual o valor. Que o contrato com o HSL também é de urgência e emergência, gerando uma duplicidade de pagamento para o mesmo fim. Que isso não acontece só com o HSL, outros hospitais estão na mesma situação. Que falou da necessidade de discussão do objeto do contrato, talvez ao invés de pagar por hora, pagar por procedimento. A conselheira Telma comentou que se tivesse havido uma discussão com o HSL antes, poderia ter evitado os danos atuais. Cristiane alega que existe um contrato vigente. Dalvair questiona se foi tentada uma conversa após essa reunião e a Diretora afirma que não. Conselheira Edna afirmou que para a população não sofrer, que haveria necessidade de se repensar isso. Dalvair afirmou que o prefeito deveria ter tentado conversar. Diretora afirmou que prefeito esteve em Curitiba, na semana passada, na Secretaria de Estado, tentando uma negociação. Ela afirmou que O que se sabe, é que hospital privado não pode receber dinheiro do SUS para custeio e que vereadores têm dito, em tribuna, sobre um convênio de 2014, e que isso que foi feito é crime. Telma afirma que a nota técnica aponta que mesmo que hajam irregularidades, que a população não pode ser prejudicada; que existe um tempo para adequação. Cris afirma que por isso é que estavam discutindo com o jurídico desde agosto. Telma acrescenta que isso não foi levado para o HSL, então que dá para entender a posição do HSL ao ser informado que esse convênio não pode ser renovado. Cris acusa Telma de estar tendo um posicionamento político a favor do hospital, no que é contestada, pois apenas está se colocando no lugar do gestor do hospital e que se fosse informada faltando 1 mês para o término do contrato, que o mesmo não seria renovado, tomaria a mesma atitude do Dr Gargantini. A Diretora discorda, alega que o fechar foi uma decisão do hospital, e



que isso é inevitável. Para comprovar, passa a fazer a leitura do documento enviado pelo HSL anunciado o fechamento do hospital e o credenciamento ao SUS. Que haveria inclusive um prazo de 60 dias para se credenciar do SUS, mas que é um problema entre ele a secretaria de estado. Telma pergunta se o HSL anexou o documento enviado à SESA, Cristiane responde que não. Telma perguntou se ela se informou se realmente esse documento foi enviado à SESA, novamente recebe uma negativa. Cris questionou se o município então está mantendo um hospital privado, Telma afirma acreditar que sim, em boa parte; Cris questiona até que ponto isso é legal? Telma, retruca até que ponto é justo avisar com apenas 1 mês de antecedência? E pondera que não é só uma questão de transferência de AIH, que é muito mais que isso, pois existem os atendimentos que são feitos durante a noite, finais de semana e feriados. Cristiane afirma que estão viabilizando o atendimento 24 horas. Telma questiona se o que não foi feito de reestruturação em 3 anos de gestão, se vai acontecer agora, em menos de 30 dias. Cris diz que o atendimento não será de Atenção Básica e sim de urgência e emergência. Telma pergunta se haverá dinheiro suficiente, Cris afirma que serão usados os 60 mil que eram repassados para o hospital. Telma pergunta se foi feito um estudo sobre os custos, se existem planilhas e demonstrativos. Cris afirma que sim, Telma pede que esses estudos sejam apresentados ao conselho. Cris afirma que estão discutindo há tempos, que outros gestores não conseguiram resolver os problemas, que vem se avolumando. Dalvair é a favor de uma discussão entre prefeito e o gestor do HSL. Cris afirma que sempre houve abertura por parte da gestão pública. Conselheiro Antônio afirma que foi uma decisão do HSL. Edna questiona quem vai prestar o serviço, se são funcionários concursados. Cris afirma que serão contratados para esse fim e que teremos um

serviço próprio, dentro da UBS. Dalvair pergunta da UPA, se atende mesmo a população de Mandaguapé. O conselheiro Antônio e o Conselheiro Elias afirmam que todos são muito bem atendidos na UPA. Telma questiona se tem limites de atendimento, Cristiane diz que não, que é porta aberta, porém, que existe classificação de risco. Que é a nossa referência e assim permanecerá. Edna expressa a preocupação, porque apesar do atendimento no HSL não ser considerado como bom, existe a facilidade de acesso. Cristiane responde que por isso a instalação do PA será importante. Dalvair afirma que é o sonho da população. Edna questiona as informações de que falta insumos e medicações nas UBS, que garantia existe de que não haverá falta no atendimento 24 horas. Cristiane fala que não se deve acreditar em tudo o que falam. Discorre sobre queixas com relação a cadeiras de rodas, que existem 3 novas no Centro de saúde. Telma afirma que a informação da falta de aparelho de pressão e de glicemia, são situações vivenciadas por ela. Cristiane relativiza, afirmando que houve problemas com a aquisição de um lote de aparelhos de má qualidade, que conseguiram corrigir através do cuidado no descritivo das licitações e que agora existem aparelhos de melhor qualidade. Na questão da denúncia de falta de medicação e quanto à pouca validade, a conselheira e farmacêutica Fernanda alega estranhar a informação de uma caixa de paracetamol quase vencida estaria sendo distribuída na UBS. As conselheiras Samira e Bruna confirmam que de fato isso aconteceu. Fernanda questiona se há provas de que saiu da farmácia. Telma responde que não afirmou isso, que disse que apareceu lá, que é preciso se investigar isso. Telma frisa a necessidade de se ter um gerente nas unidades básicas de saúde. Fernanda explica a sistemática de monitoramento de medicamentos feito por um funcionário da farmácia, mas afirma que a enfermeira Fernanda sempre faz os pedidos de medicação.



Que não houve falta de captopril em nenhum momento, mas Telma explica que ouviu isso de auxiliares e técnicos de enfermagem, quando precisou usar em um paciente. Que a PA foi baixada com uso de dipirona injetável. Presidente Elias pede que o vereador Marcio use a palavra, já que estava presente à reunião do dia 26. O vereador inicia sua fala, fazendo uma observação sobre a ata da reunião anterior e que realmente se nota as divergências entre funcionários, que cada um quer marcar seu território. Que já sugeriu capacitações para o atendimento da população, que o SEBRAE oferece esses cursos. A Diretora faz um aparte, anunciado que desde setembro existe uma empresa contratada para dar cursos de capacitação ao pessoal da saúde, que já participaram ACS e ACE; que está sendo concluído curso de capacitação para zeladoria, que receberão EPIS e carrinhos para melhorar seus serviços, que enfermeiras também estão se capacitando em classificação de risco, e que no ano que vem haverá capacitações de dentista e pessoal da recepção. O vereador pergunta se será somente o pessoal efetivo, a diretora responde que também os estagiários. Telma aparteia Marcio e fala sobre o número de estagiários contratados na saúde, em número de 41 segundo a sua conta e do número de auxiliares administrativos efetivos, em número de 6. Que apesar da mão de obra barata, acaba se gastando dinheiro na capacitação de pessoas que não permanecerão no serviço. Cris concorda e pede sugestão do que fazer, já que o nível de endividamento da folha de pagamento está muito alto, inviabilizando a contratação de funcionários de carreira. Telma sugere que se se chame o prefeito às falas, que se reduza o quadro de cargos comissionados, que se faça um aumento linear para todos os funcionários, que se exclua as gratificações o que tem caudado problema, pois, como todos recebem, é difícil encontrar pessoas para cargos de chefia,



já que teriam que trabalhar mais, com pequena diferença salarial. Cristiane observa que o Conselho é uma entidade de controle social, independente, e que ela como gestora não deveria fazer parte do grupo de WhatsApp, muito menos ser administradora. Que nem sabia que era administradora e que levou um susto quando soube. Vários conselheiros mostraram concordância quanto a isso. Que o conselho deveria fazer proposições e encaminhar para a secretaria. Telma questionou sobre uma estagiária contratada para lavar instrumentais, inclusive da odontologia. Cristiane afirma que ela é aluna de enfermagem e que tem habilitação para isso. Telma questiona se pode trabalhar sem supervisão, pergunta se o contrato dela prevê seguro de saúde. Cristiane afirma que sim. A Conselheira Virgilina observa que precisa haver maior supervisão dos estagiários, que alguns nem estão frequentando cursos, que muitos faltam demais. Telma afirma que apesar de ser uma mão de obra barata, isto é irregular porque estão substituindo pessoas concursadas, que se tivesse passado em concurso, acionaria o ministério público. Cristiane pediu para o conselho formalizar o pedido para rever as contratações. Marcio falou da revisão do plano de cargos e salários, que foi solicitada por todos os vereadores e que até agora não aconteceu. Telma reclamou da falta de avaliação dos funcionários para elevação salarial. Cristiane afirmou que o plano inteiro precisa ser reestruturado. Marcio parabenizou a diretora pelos cursos de capacitação e passou a relatar suas impressões sobre a reunião do dia 26/11. Contou como entrou nesse imbróglio e creditou às redes sociais a culpa pela dificuldade de negociação neste momento. Informou que marcou a reunião a pedido do Dr Rugeri e que convocou todas as partes envolvidas, mas que o Diretor do curso de medicina achava que não deveria estar presente o gestor do HSL. Afirmou não querer corrigir a fala da



Diretora, mas que no meio da reunião ela falou da Norma Técnica do Ministério Público. Que o Dr Gargantini perguntou se ela tinha isso por escrito, no que ela afirmou que não, mas que havia uma orientação do jurídico. Disse que no vídeo gravado junto com Dr. Fernando Rocco, advogado do município, ela afirma que deixou a porta aberta para negociações com o hospital, mas que na verdade isso não aconteceu. Que foi surpreendido com a notícia do fechamento do hospital. Que entrou em contato com o DR Rugeri, perguntando o que tinha acontecido tendo obtido como resposta a afirmação "não te disse que a presença de outras pessoas poderia atrapalhar!" Completou dizendo que o Dr Rugeri teria afirmado que viram o pouco interesse do poder público. Acrescentou que não é uma questão de colocar uma saia justa na Diretora, mas que o que aconteceu é que não foi deixada uma porta aberta para negociação com o HSL. Informou, entretanto, que no dia de ontem começaram novas negociações entre outros empresários que se interessaram pelo negócio, mas que não citaria nomes, que provavelmente hajam novidades até o dia 20 e que a Câmara Municipal se mostrou aberta para ajudar no que for possível, para viabilizar o que acredita ser um presente de natal para a população de Mandaguáçu. Afirma ter conversado com o prefeito Índio, sobre a necessidade de ele conversar como os vereadores sobre todo esse processo. Que não acredita que a gestão dará conta de atender a população. Telma acrescentou que é hora de sair das redes sociais e fazer uma conversa cara a cara. Que o povo será penalizado, assim como os servidores da saúde. Dalvair também frisou a necessidade de sair das redes sociais. Marcio acrescentou que o poder público ficou inerte, mas que estão acontecendo novas negociações. Que ainda se pode fazer acordos com a UNINGÁ ou outras pessoas interessadas. Acrescentou que em conversa com o Dr. Gargantini, ouviu do mesmo que existem três opções

Jm

para o HSL: que a Uningá assumia; que o município assumia; ou, que seja fechado. Telma questionou se na hipótese de se chegar a alguma negociação, se as AIH podem votar para o município. Cristiane afirmou que é só pactuar novamente, mas que existe um prazo de três meses para tal. Telma acrescenta que seu medo é com relação ao atendimento 24 horas, que se der certo a diretora será endeusada, mas se der errado vai dar dó. O presidente colocou em votação a repactuação das AIH, 17 conselheiros estavam aptos a votar, sendo que 14 foram favoráveis à repactuação. O presidente agradeceu pela contribuição de todos, que as discussões foram muito ricas; se colocou à disposição da diretora, caso haja necessidade de algo. Que as reuniões ordinárias retornarão no mês de fevereiro. E em não se tendo mais nada a tratar, o presidente encerrou a reunião às dezenove horas e quatro minutos. Para constar, lavrei esta ata, que após lida e aprovada, segue devidamente assinada. Mandaguaçu, 10 de dezembro de 2019.

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguaçu- PR, realizada no dia dezoito de dezembro de 2019, na sede deste Conselho, à Rua Sete de Setembro, 713, Edifício Ravena, sala 5.

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove, às dezessete horas e vinte e oito minutos, teve início a sessão extraordinária com a presença de dez conselheiros e da diretora do Departamento de Saúde Cristiane do Amaral, que solicitou a mesma. A reunião foi presidida pelo vice-presidente Sr. Antônio Paz, que justificou que a ausência do presidente se devia a problemas de saúde na família. O presidente informou que haviam duas pautas: A reforma da UBS Central através de recursos de Emenda Parlamentar que foi cadastrada em dezembro e o Plano Anual de Saúde. A Diretora tomou a palavra e falou do Encontro Estadual da Comissão Inter gestora Bipartite, ocorrida em dez de dezembro, com a participação do Governador do Estado e do Secretário Estadual de Saúde, que noticiaram que fariam um rateio de recursos disponíveis em caixa na

Secretaria de Saúde; e que Mandaguapé seria contemplada com o valor de cento e cinquenta mil reais. Que podia-se optar por utilizar o recurso para compra de ambulância e equipamentos, porém, que se optou pela Reforma da UBS Central. Informou que esse valor está cadastrado, mas ainda não está disponível. Solicitou que se incluía na Resolução esse item, junto com a resolução do Plano Anual de Saúde, no que o presidente interino alegou que tem que ser resoluções diferentes. A seguir se passou para a segunda pauta, com a distribuição de cinco cópias do Plano Anual de Saúde, para que os conselheiros pudessem acompanhar a leitura e explicação do documento. Informou que o documento tem que ser atualizado anualmente, através de uma discussão interna que se dá no Departamento e que, posteriormente é apresentada ao Conselho para aprovação. Que este documento norteia as ações que serão realizadas no município no ano de 2020, conforme o Plano de Gestão; por isso a necessidade de se constar tudo o que se planeja fazer, não significando que vá ser feito. Entretanto, se não constar, não se pode realizar. Falou da importância desse Plano para a elaboração da Lei Orçamentária Anual e do Plano Plurianual. Continuando a leitura, falou da caracterização do município, chamando a atenção para o fato de que o IBGE aponta que o município teria vinte e dois mil habitantes, mas que o georeferenciamento indica que teríamos 36 mil habitantes. Informa que 38,69% da população possui Plano de Saúde e que 61,31% da população depende exclusivamente do SUS. A Conselheira Telma indaga sobre a fonte dessa informação, pois acredita que aumentou a porcentagem de dependentes do SUS, devido à crise econômica. As conselheiras Neyla, Bibi e Leo comentam sobre as demissões na Usina Santa Terezinha e mudança de Plano de Saúde. A Diretora salienta que não existe muitos dos atendimentos desse Plano na cidade, o que dificulta o acesso e a eventual escolha de atendimento pelo SUS. Todos concordam que a porcentagem é maior. (Revendo o plano se observa que o estudo é de 2017). A conselheira Telma chama a atenção para o fato de não constar neste Plano, a previsão orçamentária de 2020. A Diretora disse que foi uma falha na hora de concluir o documento. O S.r. Antônio informa

que a previsão é de 14 milhões, que estava na reunião e que contestou o valor, que achava pouco. Mas que foi informado que poderiam ser feitos aditivos. A Diretora informou que tem discutido com a equipe e que esse problema tem se repetido por anos, por falta de dotação orçamentária e não por falta de recursos; devido a isso acaba acontecendo problemas de atraso de pagamento de credores no final do ano. Que por vezes os aditivos não são suficientes e se precisa elaborar Leis, que precisam passar pela Câmara Municipal, o que torna o processo moroso. A conselheira Telma acrescenta que quem elabora a Lei Orçamentária Anual não é quem executa o serviço, e que isso torna as coisas mais difíceis. A perspectiva é que se consiga, neste ano, uma maior participação da equipe técnica na realização do orçamento para o próximo ano. A Diretora passou a apresentar o Calendário de Atividades Programadas, com os meses temáticos conforme o calendário da Secretaria Estadual da Saúde. Comentou sobre a atuação da Vigilância Sanitária, que tem trazido bons resultados nas fiscalizações e que agora conta com uma farmacêutica na equipe; e sobre o Calendário Vacinal, que foi lançado pelo Ministério da Saúde e que prevê quatro campanhas de vacinação, e que pela primeira vez o calendário foi anunciado com tamanha antecedência. Comentou sobre a efetividade do trabalho da Vigilância Ambiental no combate à Dengue. A Conselheira Telma falou sobre a necessidade de divulgar os trabalhos realizados pelos agentes de endemias, por exemplo no caso da infestação recente de pernilongo. A Diretora relatou que a causa foi a lagoa de tratamento de esgoto da SANEPAR, que colocou algas para ajudar na limpeza da água, mas que elas aumentaram demais e passaram a reter larvas e ovos de pernilongos; que teve uma ação efetiva da equipe de endemias para resolução do problema. Em seguida, passou a descrever o Plano propriamente dito, apresentado o foco, apontando as diretrizes, objetivos, ações e metas programadas, conforme documento anexado a esta ata. Informou que a licitação de cadeira odontológica deu deserto; e da necessidade de concurso público na modalidade de emprego público, para as equipes de saúde da família. A Diretora informou que foi realizado o repasse do

incentivo do PMAQ para as equipes participantes, que pela Lei o prazo para pagamento era até 10 de dezembro. A conselheira Telma questionou sobre a equipe da Atenção Básica ao qual ela pertence não ter recebido o incentivo. A Diretora informou que as equipes parametrizadas não têm direito a recebimento, no que a Telma alegou que existe um documento dizendo que houve um repasse financeiro para sua equipe. A Diretora solicitou que a conselheira pesquisasse a Lei que trata do assunto e que levasse a documentação para ela (as equipes parametrizadas têm sim direito, quem não têm direito são as equipes transitórias). A Diretora discorreu sobre o Plano Anual de Saúde com Foco na Assistência e Atenção às Urgências; informando que o atendimento 24 horas terá início no dia 30 de dezembro; que não vai contratar concursados, mas sim terceirizados; através de chamamento público, pois não há concurso para a carga horária necessária, nem concurso vigente para enfermeiros. A conselheira Leo perguntou sobre a utilização do dinheiro que iria para o hospital no atendimento 24 horas, no que a Diretora assentiu. A conselheira Telma lembra que a Diretora ficou de encaminhar as planilhas e estudos para implantação do atendimento 24 horas e a Diretora afirma que não lembrou de enviá-los. Pede para que seja lembrada para o envio. Alegou que não tem disponibilidade para contratação de agentes administrativos, porque existe um número x de funcionários dentro do Plano de Carreiras e que já se esgotou o número de profissionais previstos para o município. Foram chamados técnicos de enfermagem para substituir os que foram contratados por chamamento público; e contratado apenas um agente administrativo para a Divisão de Recursos Humanos do Departamento, para a Gestão de Pessoal. A conselheira Leo solicitou novamente que se afixe o nome das equipes e carga horária de cada UBS. A Diretora informou que os uniformes já foram licitados, mas que não existe dotação orçamentária para a compra neste ano. Leo voltou a falar sobre a necessidade de se disponibilizar acesso ao quadro funcional, para que haja um controle de horário dos funcionários, que é comum não se encontrar determinado funcionário, por exemplo, uma enfermeira, em alguns horários e que ao se

questionar sobre em que horário estaria, tem-se como resposta que cada dia vem num horário diferente. A Diretora afirma que hoje não tem funcionário para fazer esse trabalho, mas que se algum conselheiro quiser ser voluntário, que as portas do Departamento estarão abertas. Em seguida discorreu sobre o Foco: Mulher, Criança e Adolescente e Fortalecimento da Rede à Saúde Mental. Informou que todas as UBS têm atendimento de pré-natal e que a meta é que haja 40% de parto vaginal, sendo que a OMS preconiza 80%. Explicou sobre o matriciamento, que são as ações de suporte e treinamento que um serviço oferece para o outro, no caso, o CAPS para as UBS, para o atendimento de pacientes de baixo risco. Os de risco intermediário vão para o CISAMUSEP, e os de alto risco são atendidos pelo CAPS, que é a referência. Que neste ano estavam previstas 12 ações de matriciamento, mas que foram realizadas 17. Em seguida, discorreu sobre o Foco: Pessoa Idosa. Ao ser inquirida pela Diretora, a conselheira Bibi informou que hoje 36 pessoas estão no Programa Antitabagismo e que existe a necessidade de contratação de Psicólogo para o grupo, mas a Diretora afirma que só se for modificado o Plano de carreiras, pois já foi esgotado o número desse profissional, no quadro funcional. Em sequência, o Foco foi a Promoção, Prevenção e Vigilância em Saúde; Assistência Farmacêutica; Gestão do Trabalho e Planejamento. A conselheira Neyla informou que o cartão ponto da Vila Guadiana, não funciona desde abril. Na sequência, o Foco foi a Gestão Participativa e Controle Social; Fortalecimento da Gestão dos Serviços Próprios - Infraestrutura; e Saúde do Trabalhador. A conselheira Telma voltou à questão de haver tido deserto na licitação da cadeira odontológica e a Diretora afirmou que com isso, pode-se fazer uma dispensa de licitação. Após a discussão do Plano, a conselheira Telma solicitou que em outra oportunidade esse tipo de material seja disponibilizado com antecedência, para leitura prévia dos conselheiros, para que a reunião seja mais breve, e menos cansativa. O Plano Anual de Saúde foi aprovado pelos conselheiros presentes. A Diretora informou ainda sobre o calendário de funcionamento das UBS no final do ano; que a reforma que está



acontecendo é para adequar a sala de emergência e estabilização; e que as AIH já foram transferidas para os municípios de Astorga, Colorado e Sarandi. Que estão em atendimento 3 ambulâncias para o transporte sanitário e que no começo do ano haverá licitação para a compra de mais uma. A conselheira Telma se preocupou pelo fato de uma das ambulâncias eventualmente irem para Curitiba, e pelo fato de que em janeiro começam as cirurgias eletivas, que as ambulâncias terão que se deslocar constantemente para as outras cidades. A Diretora argumentou que tem vans e carros baixos que podem ser utilizados, já que as cirurgias são eletivas. A conselheira questionou sobre o retorno dos pacientes após as cirurgias e a Diretora alegou que o serviço vai se organizar para dar conta demandas. E em não se tendo mais nada a tratar, o presidente encerrou a reunião às dezenove horas e vinte e seis minutos, com a presença de sete conselheiros. Para constar, lavrei esta ata, que após lida e aprovada, segue devidamente assinada. Mandaguaçu, 18 de dezembro de 2019.

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguaçu-PR, realizada no dia vinte e sete de janeiro de 2020, na sede deste Conselho, à Rua Sete de Setembro, 713, Edifício Ravena, sala 5.

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, às dezessete horas e vinte minutos, teve início a sessão extraordinária com a presença de treze conselheiros de Saúde. O Presidente Elias abriu a reunião agradecendo as condolências recebidas pelo passamento de seu pai, e transferindo a palavra para o vice-presidente Antônio, que estaria mais inteirado da pauta a ser tratada. Antônio informou que a sessão tinha como objetivo complementar os documentos exigidos pela 15ª Regional de Saúde, para a adesão do município para receber o repasse fundo a fundo - Resolução SESA nº 765/2019. Informou que o Departamento tem a responsabilidade de providenciar alguns documentos, e que o Conselho tem que aprovar a realização da obra pretendida, devendo essa